

COMISSÃO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

Ata da Reunião Ordinária-Virtual da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE)

Data e Horário: 24 de fevereiro de 2021, das 14h30 às 18h30.

Local: Reunião Virtual – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH.

1 Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, reuniu-se, por videoconferência, a
2 Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), para a sua reunião
3 ordinária, com a presença dos seguintes participantes: Representantes do Governo: Andréia Figueira
4 Minduca, Coordenação de Apoio da CGCTE, Camila Melo de Assis, Assessora da CGCTE;
5 Cândido Alexandrino Barreto Neto, Coordenador-Geral da CGCTE; Cátia de Araújo Silva,
6 Assistente da CGCTE; Edilene de Faria Santos, Secretária da CGCTE; Eduardo Miranda Freire de
7 Melo, Secretário Adjunto da SNPG/MMFDH; Francisco Xavier Coullanges, Ministério da
8 Cidadania; Herbert Borges Paes de Barros, Diretor do DEPDDH/MMFDH; João André Alves
9 Lança, CNPCT/SNPG; Marcelo Gonçalves, SRTE/MG-ME; Mariana de Sousa Machado Neris,
10 Secretária Nacional SNPG/MMFDH; Matheus Viana, DETRAE/SIT/ME; Maurício Krepsky
11 Fagundes, DETRAE/SIT/ME; Simone Maciel Saqueto Pereto, ME; Warlei Dias Ribeiro, Delegado
12 da Polícia Federal - DPF. Representantes de Entidades Privadas Não Governamentais: Carlos
13 Eduardo Chaves Silva, CONTAG; Luiz Fabiano de Oliveira Rosa, CNA; Marcus Barberino,
14 ANAMATRA; Xavier Jean Marie Plassat, CPT – COETRAE/TO. Membros Observadores: Ana
15 Carolina Roman, MPF; Andrea, SINAIT; Antônio Carlos Mello, ITD; Bob Machado, Presidente do
16 SINAIT; Denis Oshima Roberto, Representante do InPacto; Edmundo Lima, ABVTEX; Fernanda
17 Carvalho, OIT; Humberto Adami, OAB; Italvar Felipe de Paiva Medina, Procurador do Trabalho –
18 MPT; Izabela Luz, DPU; Luís Camargo, ABRAT; Lydiane Machado, ANP; Maria Cláudia Falcão,
19 OIT; Marília Ramos, Repórter Brasil; Mário Luis Guerreiro, AGU; Natália Suzuki, Repórter Brasil;
20 Reinaldo Felizberto Damascena, CNI; Ricardo Rezende Figueira, GPTEC; Roberto Itajahy Lopes,
21 Conatetrap; Vera Jatobá, Diretora do SINAIT. COETRAEs: Amarildo Borges de Oliveira, Auditor
22 Fiscal do Trabalho – Representante a COETRAE/MT; Caroline Cabrera, SEDH/ES; Ana Fátima

23 Balelian, COETRAE/MS; Fátima Canuto, COETRAE/AL; Lorena Romão, Coordenadora do
24 CTETP na Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH) e Secretária-Executiva da
25 COETRAE/PA; Ludmila Paiva, COETRAE/RJ; Marina Friche, COETRAE/MG; Marina Oliboni,
26 Direitos Humanos – COETRAE/CE; Odilene Andrade, SEJUDH/PA – Assistente Social, Técnica
27 de Referência da COETRAE/PA; Pedro Maciel, COETRAE/MA; Silvia Cristina Xavier, NETP –
28 Coordenadora da COETRAE/PR; Vanessa Lima, COETRAE/PB. Outros Participantes: Jordi
29 Santana; Milena Cerqueira; Raphael Luz Oliveira; e Roberto Paulo Gouveia.

30

31 Dando início aos trabalhos, o Sr. Herbert Borges Paes de Barros realizou a abertura da reunião
32 cumprimentando a todos e registrou a presença e deu as boas-vindas à nova Secretária Nacional de
33 Proteção Global, Sra. Mariana de Sousa Machado Neris e ao novo Secretário Nacional Adjunto de
34 Proteção Global, Sr. Eduardo Miranda Freire de Melo, que deverá ser o representante titular do
35 MMFDH e coordenador da CONATRAE. Passando a palavra, a Sra. Mariana de Sousa Machado
36 Neris cumprimentou a todos e relatou que assumiu recentemente a SNPG/MMFDH, registrando que
37 a sua trajetória está relacionada à área social, como servidora de carreira do Ministério da
38 Cidadania. Realizou uma breve apresentação do seu histórico profissional e externou a sua
39 satisfação de está presente nesta reunião e de iniciar os trabalhos a partir da participação,
40 intersectorialidade e transversalidade em busca do mesmo compromisso perante a erradicação do
41 trabalho escravo, a exploração do trabalhador e as garantias fundamentais dos direitos humanos. O
42 Sr. Eduardo Miranda Freire de Melo cumprimentou os presentes e colocou-se à disposição para
43 contribuir no que for necessário juntamente com a Secretária Nacional de Proteção Global. A Sra.
44 Mariana de Souza Machado Neris saudou a Sra. Maria Cláudia Falcão, ponderando que é uma
45 satisfação encontrá-la nesse espaço. O Sr. Cândido Alexandrino Barreto Neto cumprimentou a
46 todos e deu início aos trabalhos com o Item 1. Aprovação da aprovação das Atas de 09/11/2020 e
47 01/12/2020, solicitando que os membros se identifiquem no momento de suas ponderações para
48 facilitar o processo de degravação e elaboração da ata da reunião, uma vez que tiveram alguns
49 problemas com esses documentos das reuniões anteriores e a empresa realizou essa solicitação,
50 assim como a delimitação dos encaminhamentos. Informou que a pauta está composta pelos
51 seguintes itens: 1. Abertura (Presidência da CONATRAE); 2. Aprovação das Atas de 09/11/2020 e
52 01/12/2020 (CGCTE); 3. Balanço e ensinamentos da Operação Resgate (CPT, CONTAG e
53 ANAMATRA); 4. Informação e debate sobre o grau de efetividade da atuação das COETRAEs

54 (CPT, CONTAG e ANAMATRA); 5. Avaliação dos resultados da ação de disseminação do Fluxo
55 de Atendimento (CPT, CONTAG e ANAMATRA); 6. Avaliação das atividades realizadas durante
56 a Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo (CPT, CONTAG e ANAMATRA); 7.
57 Suspensão durante a pandemia dos prazos de processos administrativos, com conseqüente não
58 inserção na lista suja (CPT, CONTAG e ANAMATRA); 8. Publicação de Plano Estadual de SP em
59 desconformidade com o Fluxo Nacional para Atendimento de Trabalhador Resgatado (ME); 9.
60 Tratamento das denúncias do Disque 100 conforme o Fluxo Nacional (ME); 10. Apresentação do
61 novo presidente do SINAIT (SINAIT); 11. Informes; 12. Encerramento. Antes de iniciar a pauta,
62 Sr. Carlos Eduardo Chaves Silva apresentou uma questão de ordem, informando sobre a criação de
63 nova metodologia na CONATRAE, utilizada nas últimas reuniões, de realização de uma reunião do
64 grupo executivo, que ainda não foi constituído, para organizar as reuniões e a pauta. Explanou que
65 um dos receios, sempre destacado nas reuniões, era o risco que esse grupo fosse convertido em um
66 grupo para impedir que determinados assuntos fossem trazidos à reunião. Discorreu que sempre
67 foram tranquilizados pelo MMFDH em relação a essa questão, entretanto, na última reunião desse
68 grupo executivo realizada na segunda-feira, concordaram em trazer para a reunião da Comissão um
69 ponto específico relacionado à Portaria nº 457, de 10 de fevereiro de 2021, que institui Grupo de
70 Trabalho para realização de Análise Ex Ante da Política Nacional de Direitos Humanos, mas para a
71 surpresa de todos, a pauta foi encaminhada sem esse item. Entendeu que é necessário fazer um
72 esclarecimento sobre os motivos de o item ter sido retirado da pauta mesmo tendo um acordo de
73 que seria apreciado nessa reunião. O Sr. Eduardo Miranda Freire de Melo comentou que não havia
74 ficado claro que esse tema seria um ponto de pauta e a Sra. Mariana de Sousa Machado Neris
75 manifestou que esse item entraria nos informes. O Sr. Eduardo Miranda Freire de Melo comentou
76 sobre a falta de Regimento Interno da CONATRAE, salientando que é necessário deliberar essa
77 questão, para que não haja fragilidade jurídica para qualquer decisão tomada por esse Colegiado.
78 Informou que receberam um ofício explicando sobre essa portaria, que poderia ser lido caso houver
79 interesse. O Sr. Xavier Jean Marie Plassat compreendeu que há um mal-entendido sério, observando
80 que a decisão do Secretário Nacional Adjunto foi tomada com base justamente em nenhum
81 regimento. Arrazoou que a pauta recebida possui dois pontos de informes e não consta a questão da
82 Portaria nº 457, afirmando que querem tratar dessa questão na reunião. O Sr. Carlos Eduardo
83 Chaves Silva lembrou que foi a CONTAG que trouxe a necessidade de discussão sobre o
84 Regimento Interno, informando que há uma reunião prevista para a próxima segunda-feira sobre

85 esse ponto. Externou sua preocupação quando se invoca a ausência de regimento mesmo sendo um
86 exemplo. Reiterou que um dos grandes receios em relação à proposta de estruturação do grupo
87 executivo está relacionado à falta de conhecimento sobre a sua função, funcionamento e atribuições
88 e compreendeu que não podem participar das suas reuniões enquanto não tiverem essas definições
89 claras, para que não ultrapasse as competências previstas no Decreto nº 9.759/2019. Afirmou que a
90 posição da CONTAG é de não participar do grupo executivo enquanto não for definida a sua
91 função. A Sra. Mariana de Souza Machado Neris explicou que a reunião convocada para este dia e a
92 apresentação da minuta de Regimento Interno no mês de novembro como uma proposta demonstram
93 a seriedade e o compromisso do MMFDH perante essa pauta e que a observação do Secretário
94 Nacional Adjunto pela não existência do Regimento Interno e da questão de ordem foi
95 simplesmente uma questão formal. Destacou que não foi trazida objeção à questão apresentada,
96 pelo contrário, realizou um esclarecimento de que será atendida a solicitação referente à Portaria nº
97 457 nos informes, em que se comprometeu, inclusive, a encaminhar por escrito toda a explicação
98 necessária caso houver interesse. Compreendeu que isso reforça a importância de criar o Regimento
99 Interno com as regras de funcionamento dessa Comissão de forma que consigam dá andamento aos
100 trabalhos. Explanou que será realizada uma reunião na próxima segunda-feira para tratar sobre esse
101 regimento e que as contribuições podem ser enviadas por *e-mail* ou apresentadas na própria reunião,
102 salientando que o importante é ter realmente as regras de funcionamento da CONATRAE.
103 Reafirmou que estão juntos pela mesma missão, buscando trabalhar a pauta de erradicação do
104 trabalho escravo e sugeriu iniciar os trabalhos, deixando as explicações sobre a Portaria nº 457 para
105 os informes. Retornando a aprovação das Atas de 09/11/2020 e 01/12/2020, as atas foram colocadas
106 em apreciação, sendo aprovadas por unanimidade. Passando ao Item 3. Balanço e ensinamentos da
107 Operação Resgate, o Sr. Xavier Jean Marie Plassat compreendeu que a Operação Resgate foi muito
108 válida, tanto pelos resultados quanto pela forma de articulação interinstitucional com participação
109 do DETRAE, PF, MPT, DPU, MPF e entre outros. Postulou que possuem o desejo de que essa
110 operação fosse um modelo piloto realizado em todos os meses do ano, todavia, registrou a
111 existência de preocupação com a falta de orçamentos adequados e de respostas concretas em relação
112 à demanda repetida para organizar um concurso de recrutamento de auditores fiscais. Discorreu que
113 gostaria de ouvir os demais parceiros, para que possam saber como foi a operação. A Sra. Vanessa
114 Lima questionou se a assistência social local foi acionada para acompanhar as fiscalizações
115 conforme o fluxograma nacional, tendo em vista que a maioria das vítimas é direcionada sem o seu

116 acompanhamento. O Sr. Cândido Alexandrino Barreto Neto esclareceu que essa questão colocada,
117 talvez, possui correlação com o Item 8. Publicação de Plano Estadual de SP em desconformidade
118 com o Fluxo Nacional para Atendimento de Trabalhador Resgatado. Relatou que são demandas
119 semelhantes que pleiteiam esclarecimentos e ponderações sobre a comunicação às COETRAEs e o
120 seu relacionamento com a rede estadual de assistência social, sugerindo que o Sr. Maurício Krepsky
121 Fagundes incluísse essa resposta na sua explanação, que contemplaria os dois itens de pauta. O Sr.
122 Marcus Barberino justificou que terá que se ausentar da reunião por um período de uma hora para
123 participar de uma reunião do tribunal. O Sr. Maurício Krepsky Fagundes entendeu que o
124 questionamento da Sra. Vanessa Lima está relacionado à Operação Resgate, esclarecendo que
125 apresentará alguns dados e, posteriormente, realizará o esclarecimento solicitado. Destacou que a
126 ideia dessa operação foi apresentada pelo Sr. Warlei Dias Ribeiro, em novembro de 2020, que
127 alegou que poderia mobilizar o efetivo da PF para realizar uma operação na Semana Nacional de
128 Combate ao Trabalho Escravo. Salientou que essa ideia foi recebida com extrema alegria e desde o
129 mês de novembro iniciaram um trabalho conjunto com MPT para viabilizar essa operação nacional,
130 registrando que foi a maior operação já realizada em todo o país de forma simultânea. Relatou que
131 foram realizadas 125 ações fiscais simultâneas em 20 estados do país (47% das ações realizadas em
132 2020), que resultaram em 20 flagrantes de trabalho análogo ao escravo em 11 estados e o resgate de
133 137 trabalhadores (15% dos trabalhadores resgatados em 2020), sendo que oito eram crianças ou
134 adolescentes. Com relação à ação fiscal trabalhista no âmbito da competência da inspeção do
135 trabalho, explanou que foram lavrados 700 autos de infração referente às irregularidades
136 encontradas, destacando que foram encontrados 581 trabalhadores sem registro formal de trabalho.
137 Arrazou que a operação resultou em R\$ 539.000,00 de verbas rescisórias aos trabalhadores em
138 razão da rescisão do contrato e contou com a participação de 100 auditores fiscais do trabalho e 300
139 policiais federais. Acrescentou que foram executados R\$ 333.000,00 de despesas correntes para os
140 auditores fiscais e motoristas nessa operação e que a soma total das multas derivadas dos autos de
141 infração emitidos podem chegar a R\$ 2.000.000,00. Ressaltou que os maiores desafios foram a
142 realização da operação em meio a pandemia e a sua execução no mês de janeiro, em que foi
143 executado o duodécimo do orçamento por não haver uma lei orçamentária aprovada no Congresso
144 Nacional. Com relação ao questionamento da Sra. Vanessa Lima, esclareceu que a assistência social
145 foi acionada na maioria das ações fiscais e teve um papel muito importante no acolhimento dos
146 trabalhadores. Relatou que conversou com o representante do Ministério da Cidadania, para que a

147 próxima edição envolva a assistência social desde o início para acolhimento dos trabalhadores da
148 melhor forma. O Sr. Warlei Dias Ribeiro compreendeu que a Operação Resgate confirma a
149 importância da integração, destacando o contato próximo entre a PF, os auditores fiscais do trabalho
150 e procuradores do trabalho. Mencionou que estão estudando aprimoramentos para as próximas
151 edições, especialmente, de um trabalho com o Poder Judiciário e salientou que a PF bloqueou a sua
152 agenda de operação por uma semana para atender a Operação Resgate. A Sra. Vanessa Lima
153 parabenizou aos órgãos integrantes da operação e somou-se a solicitação de que esse tipo de
154 operação seja um trabalho frequente. Externou a sua satisfação pela inclusão da assistência social e
155 ponderou que gostaria de receber os seus relatórios para reinserção das vítimas. O Sr. Herbert
156 Borges Paes de Barros parabenizou pela operação e relatou que fica feliz com o envolvimento dos
157 parceiros da assistência social na perspectiva de atendimento do trabalhador resgatado. A Sra.
158 Mariana de Sousa Machado Neris reforçou a importância dessas operações, parabenizando todos os
159 envolvidos e solicitou que fosse refletido sobre o sistema de proteção, para além do resgate e da
160 responsabilização. Compreendeu que há poucos avanços no reconhecimento do papel da assistência
161 social no acompanhamento das famílias pela falta de protocolos e diretrizes nacionais de subsídio
162 aos trabalhadores. Colocou-se à disposição para construção de uma tratativa com o Sistema Único de
163 Assistência Social (SUAS), pautando, inclusive, o Conselho Nacional de Assistência Social
164 (CNAS) a deliberar sobre os procedimentos de resgate dos trabalhadores e de acompanhamento
165 familiar. Justificou que não poderá acompanhar toda a reunião, mas parabenizou pela iniciativa,
166 dedicação e compromisso na Operação Resgate. O Sr. Herbert Borges Paes de Barros agradeceu
167 pelas informações apresentadas e compreendeu que a sugestão colocada pela Secretária Nacional de
168 Proteção Global é bastante interessante, solicitando ao Sr. Xavier Jean Marie Plassat que pensasse
169 sobre os encaminhamentos. Encaminhamento: Construção de tratativa com o SUAS/CNAS para
170 elaboração de procedimentos de resgate dos trabalhadores e de acompanhamento familiar. Havendo
171 dificuldades de conexão da Sra. Andréia Figueira Minduca para apresentação da informação e
172 debate sobre o grau de efetividade da atuação das COETRAEs, o Sr. Herbert Borges Paes de Barros
173 sugeriu apreciar o Item 6. Avaliação das atividades realizadas durante a Semana Nacional de
174 Combate ao Trabalho Escravo, o que foi aprovado. O Sr. Cândido Alexandrino Barreto Neto
175 arrazoou que, na avaliação da CGCTE, houve a realização de excelentes eventos de maneira sempre
176 organizada. Destacou a realização do seminário, que teve cerca de 800 visualizações, explanando
177 que a CGCTE produziu um apanhado desse seminário que será disponibilizado a todos os membros

178 da CONATRAE. A Sra. Vera Jatobá complementou informando que trabalharam praticamente toda
179 a Semana Nacional sob o tema de trabalho escravo, especialmente, o combate. Explanou que se
180 trata de uma semana tocante, em que será recorrente a lembrança da chacina de Uná/MG,
181 principalmente, pela espera da prisão dos mandantes. Discorreu que sempre tentam fazer uma
182 recapitulação histórica do trabalho da fiscalização no combate ao trabalho escravo no Brasil, que foi
183 realizada através de vários bate papos. Manifestou que houve a realização de eventos específicos
184 sobre o trabalho escravo infantil e sobre a pandemia e a participação da fiscalização. Postulou que
185 pode elaborar uma avaliação mais detalhada por escrito, para que seja acolhida no acervo da
186 CONATRAE. O Sr. Herbert Borges Paes de Barros parabenizou o SINAIT pela movimentação e
187 por trazer a visibilidade dessa grave violação, como também da política pública e da importante
188 participação dos auditores fiscais do trabalho. Abrindo a palavras os representantes das
189 COETRAEs, o Sr. Xavier Jean Marie Plassat relatou que convidaram o governador do estado de
190 Tocantins para participar da Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo no Tocantins e
191 assinar o termo de compromisso de combate ao trabalho escravo, todavia, ele não compareceu e,
192 posteriormente, foi protocolado um ofício assinado por 18 membros da COETRAE/TO dando um
193 prazo para o governador se manifestar. Registrou que vários lugares, em que a campanha da CPT ao
194 enfrentamento do trabalho escravo está atuante, foram feitas várias iniciativas bonitas envolvendo
195 vários parceiros, elencando-as. O Sr. Pedro Maciel relatou que o estado do Maranhão realizou duas
196 atividades distintas, a primeira uma *live* no dia 28 de janeiro sobre o combate ao trabalho escravo na
197 perspectiva das políticas públicas, da produção científica e das vivências com a participação do
198 Secretário Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular, Francisco Gonçalves; da
199 Universidade Federal do Maranhão, Profa. Flávia Moura; do Ministério Público do Trabalho; e do
200 Tribunal Regional do Trabalho. Complementou que foi realizado o relançamento de uma coletânea
201 de artigos com o título “Trabalho Escravo, Políticas Públicas e Práticas Comunicativas no
202 Maranhão Contemporâneo” nessa *live*. Relatou que a segunda atividade foi a elaboração de um
203 *podcast*, no qual contou com a participação do Secretário Estadual de Direitos Humanos e
204 Participação Popular, da sociedade civil e de um trabalhador resgatado. O Sr. Amarildo Borges de
205 Oliveira iniciou a sua explanação parabenizando todos que atuaram na Operação Resgate. Com
206 relação à Semana Nacional, postulou que a COETRAE/MT optou por realizar uma *live* com o tema
207 “Perspectivas Atuais do Combate ao Trabalho Escravo”, a qual contou com a participação do MPT,
208 da DETRAE, da superintendência do estado e do Secretário de Estado e Segurança Pública. Relatou

209 que, além da *live*, foram realizadas rodas de conversas com imigrantes junto com a Pastoral do
210 Imigrante. A Sra. Vanessa Lima discorreu que o estado da Paraíba realizou a sua primeira Semana
211 de Combate ao Trabalho Escravo, uma vez que a sua COETRAE foi instituída oficialmente em
212 2020. Ilustrou que as atividades foram realizadas nos dias 26 e 28 de janeiro e contou com a
213 participação do Secretário Estadual de Desenvolvimento Humano, da Superintendência Regional do
214 Trabalho, do TRT 13, do MPT e de organizações da sociedade civil. Elencou que foram convidados
215 para o dia 26 a Sra. Natália Suzuki, Representante do Programa Escravo Nem Pensar, o Prof. Dr.
216 Ricardo Rezende e o Xavier Plassat, Coordenador da Campanha Nacional da CPT de Olho Aberto
217 Para não Virar Escravo. Postulou que o tema tratado foi “O que é e como Combater o Trabalho
218 Escravo”, destacando que atingiram 270 pessoas no primeiro dia e 160 pessoas no segundo dia.
219 Relatou que, além dessas atividades, foram elaborados *cards* para divulgação nas redes sociais
220 sobre o que é o trabalho escravo e o que significa cada uma das violações. O Sr. Cândido
221 Alexandrino Barreto Neto informou que a CGCTE articulou juntamente com a SOCICAM para
222 fixação de cartazes de campanhas anteriores nos terminais aeroportuários e rodoviários e que
223 conseguiram a inserção de *cards* nas redes sociais do MMFDH para maior visibilidade.
224 Acrescentou que a CGCTE possui a intenção de elaborar, talvez, radionovela, campanha
225 publicitária, cultos, vídeos e *banners*, para que possam tentar ganhar escala na difusão dos
226 conceitos. Quebrou o protocolo e desafiou os representantes formais e informais e todos que lutam
227 pelo combate ao trabalho escravo a seguir o exemplo do estado do Maranhão, sugerindo compilar
228 todas as ações realizadas a cada ano, para que tenham um compêndio anual. O Sr. Herbert Borges
229 Paes de Barros solicitou que fosse enviado os *links* das iniciativas realizadas durante a Semana
230 Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, especialmente, daqueles que fizeram o relato na
231 reunião, a fim de que fossem consolidados em um repositório para possíveis consultas futuras.
232 Encaminhamentos: 1. Recomendou-se a compilação das ações realizadas pelas COETRAEs para
233 elaboração de compêndio anual; 2. Envio dos *links* das iniciativas realizadas durante a Semana
234 Nacional de Combate ao Trabalho Escravo pelas COETRAEs para consolidação em repositório
235 para possíveis consultas futuras. Retornando ao Item 4. Informação e debate sobre o grau de
236 efetividade da atuação das COETRAEs, a Sra. Andréia Figueira Minduca realizou uma
237 apresentação sobre o acompanhamento da política pública descentralizada, destacando os pontos
238 relativos ao Pacto Federativo para Erradicação do Trabalho Escravo, COETRAEs criadas, planos
239 estaduais para erradicação do trabalho escravo, regimento interno, reuniões, relação com a

240 assistência social, contato com os CERESTs, orçamento, planejamento das atividades e
241 acompanhamento da pauta legislativa. Relatou sobre a aplicação do formulário de acompanhamento
242 da política descentralizada, explanando que foi aplicado nos 26 estados e no Distrito Federal, sendo
243 que houve a resposta de 18 estados, sobre os seguintes questionamentos: 1. Possui de Regimento
244 Interno? Respostas: 38,9% (7) possuem regimento, 44,4% (8) não possuem e 16,7% não tem
245 COETRAE formalmente criada; 2. Os membros da sociedade civil que compõem a Comissão foram
246 formalmente constituídos? Respostas: 50% foram formalmente constituídos, 33,3% não e ainda não
247 fizeram nenhum processo de seleção da sociedade civil e 16,7% não e participam apenas de fato das
248 reuniões; 3. Além de membros, outras instituições participam de reuniões da COETRAE como
249 observadores? Respostas: 55,6% sim, 38,9% ainda não iniciaram as reuniões e 5,5% não; 4. De
250 acordo com a normativa de criação da COETRAE as reuniões devem acontecer em qual
251 periodicidade? Respostas: 44,4% bimestralmente, 27,8 mensalmente e 27,8 ainda há reuniões, pois
252 a COETRAE ainda não foi formalmente criada; 5. Qual a situação das reuniões da COETRAE?
253 Respostas: 50% com reuniões periódicas e regulares e 50% sem reuniões periódicas e regulares; 6.
254 Relação da COETRAE com a assistência social? Respostas: 44,4% (8) próxima, atua em conjunto,
255 22,2% (4) distante, só comparece às reuniões; 16,7% (3) ainda não há COETRAE ou ainda não foi
256 iniciado o funcionamento e 16,7% (3) outro; 7. Qual a relação da COETRAE com os CERESTS?
257 Respostas: 55,6% não tem contato, 22,2% tem contato próximo e 22,2% ainda não tem
258 COETRAE; 8. O órgão dispõe de orçamento para apoiar as atividades da COETRAE? Respostas:
259 44,4% sim, 33,3% não e 22,2% ainda não tem COETRAE formalmente criada; 9. Como a
260 COETRAE organiza suas atividades? Respostas: 27,8% (5) tem planejamento, 44,4% a COETRAE
261 ainda não está em funcionamento, 11,1% (2) não tem definição prévia e 16,7% (3) define nas
262 reuniões. Elencou as ações de articulação junto às COETRAEs, finalizando a sua explanação. O Sr.
263 Herbert Borges Paes de Barros agradeceu pela apresentação e questionou aos participantes sobre a
264 existência de ideias para avançar no relacionamento com as COETRAEs, observando que a maioria
265 dos estados aderiu o pacto nacional. A Sra. Vanessa Lima agradeceu todo o apoio recebido da
266 CGCTE, especialmente, na formulação do projeto de reinserção socioeconômico dos trabalhadores
267 resgatados de situações análogas ao trabalho escravo. Sugeriu a troca de boas práticas e a realização
268 de reuniões entre as COETRAEs para avançar no relacionamento. O Sr. Xavier Jean Marie Plassat
269 parabenizou pelo excelente trabalho e relacionamento da CGCTE e salientou a necessidade de
270 retomar a realização dos encontros nacionais das COETRAEs, que foram extremamente frutíferos,

271 inclusive, para produção do Fluxo Nacional. O Sr. Herbert Borges Paes de Barros observou que as
272 informações compartilhadas incentivarão a buscar outras iniciativas e informou que estão
273 verificando a possibilidade aperfeiçoar a portaria que trata do Pacto Federativo para Erradicação do
274 Trabalho Escravo e aumentar a temporalidade de algumas responsabilidades nela indicadas para
275 continuar incentivados os estados nesse avanço. Concordou que os encontros das COETRAEs são
276 oportunidades de enriquecimento coletivo, lembrando que são realizados bianualmente e
277 encontrarão uma forma de realizá-lo nesse ano. A Sra. Andréia Figueira Minduca esclareceu que
278 esse encontro é realizado anualmente e o Sr. Cândido Alexandrino Barreto Neto sugeriu que a Sra.
279 Vanessa Lima fosse uma espécie de interlocutora das COETRAEs junto a CGCTE, para que haja
280 um diálogo mais próximo. O Sr. Herbert Borges Paes de Barros compreendeu que as COETRAEs
281 podem refletir sobre essa possibilidade de eventualmente definir um interlocutor.
282 Encaminhamentos: 1. Realização do Encontro Nacional das COETRAEs para troca de boas práticas
283 e enriquecimento coletivo; 2. Definição de um interlocutor das COETRAEs junto a CGCTE para
284 aproximação de diálogo. O Sr. Cândido Alexandrino Barreto Neto pontuou a necessidade de
285 institucionalização das COETRAEs, uma vez que flete no fluxo de atendimento. Iniciando o Item 5.
286 Avaliação dos resultados da ação de disseminação do Fluxo de Atendimento, a Sra. Andréia
287 Figueira Minduca lembrou que já foi realizada uma apresentação sobre a efetividade do fluxo e a
288 proposta é fazer o seu acompanhamento semestralmente. Expôs um panorama do fluxo de
289 atendimento, explanando que foi realizada uma apresentação nacional na I Jornada Ipê em conjunto
290 com a OIT e com o Ministério da Economia, que teve mais de 1.200 visualizações e apresentações
291 locais em 12 estados e um município. Discorreu que, no mês de março e abril, estão prevendo
292 realizar apresentações nos estados do Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Distrito Federal e
293 Amazonas dependendo da sua situação em relação à pandemia. Explanou que, posteriormente, será
294 realizada a apresentação, talvez conjunta, aos estados que não possuem COETRAE, observando que
295 será uma situação mais difícil pela necessidade de articulação. Salientou que está havendo uma
296 grande receptividade em todas as localidades que estão recebendo a apresentação e que há o
297 entendimento de que o fluxo está sendo factível de implementação, sendo que os problemas
298 encontrados estão relacionados ao seu cumprimento. O Sr. Herbert Borges Paes de Barros arrazoou
299 que a DEPDDH tem debatido para dá celeridade ao diálogo com os estados para apresentação do
300 fluxo, todavia, ressaltou que é necessário buscar caminhos para uma divulgação mais célere.
301 Informou que estão pensando na possibilidade de elaborar um documento de referência para

302 utilização, inclusive, estabelecendo protocolos dentro dos órgãos. Abriu um diálogo com o Sr.
303 Francisco Xavier Coullanges sobre a possibilidade de avançar em uma discussão com o CNAS para
304 o estabelecimento de fluxos no âmbito do SUAS. O Sr. Francisco Xavier Coullanges registrou o
305 empenho da Sra. Mariana de Sousa Machado Neris a frente da Secretaria Nacional de Assistência
306 Social (SNAS) para o fortalecimento da relação entre a assistência e o combate ao trabalho escravo.
307 Ponderou que existe um processo embrionário de um planejamento do que pode ser feito sobre o
308 combate ao trabalho escravo no âmbito do SUAS, relatando que o lançamento do manual “O SUAS
309 no Combate ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas” foi o primeiro movimento. Registrou que
310 a Política de Assistência Social atravessa diversos desafios, entre eles, o orçamentário. Alegou que
311 não há a necessidade de estabelecer um protocolo nesse momento, visto que o manual traz como o
312 serviço deve atuar. O Sr. Herbert Borges Paes de Barros agradeceu pela parceria para a construção
313 do diálogo da Política de Combate ao Trabalho Escravo com a Política de Assistência Social,
314 destacando a relevância do diálogo também com a fiscalização do trabalho e grupos móveis. O Sr.
315 Xavier Jean Marie Plassat colocou à disposição as experiências da Campanha do Combate ao
316 Trabalho Escravo da CPT e a Sra. Vanessa Lima parabenizou o Ministério da Cidadania pelo
317 documento lançado e observou que os temas relacionados ao tráfico de pessoas e ao trabalho em
318 condições análogas à escravidão não são trabalhados nos cursos de assistência social e, quando se
319 inicia a atuação do profissional, há o entendimento de que esses temas não são da sua competência,
320 compreendendo que podem pensar na possibilidade de trazer esses temas como obrigatórios.
321 Sugeriu realizar um trabalho de sensibilização por parte do Ministério da Cidadania com
322 cooperação da CGCTE e da CONATRAE nos estados sobre o manual. O Sr. Francisco Xavier
323 Coullanges alegou que estão tentando fazer esse trabalho de sensibilização e que a questão dos
324 cursos de assistência social deve ser tratada com o MEC, porém, informou que havia um curso de
325 capacitação da rede elaborado pelo MPT. A Sra. Natália Suzuki compreendeu que é necessário
326 tomar medidas mais urgentes e pontuais para mudar a lógica de funcionamento dentro da assistência
327 social sobre os temas tratados nessa Comissão. A Sra. Vera Jatobá externou a sua satisfação com a
328 avaliação feita em relação à correlação entre as COETRAEs e a assistência social e registrou a sua
329 admiração pela Sra. Vanessa Lima. Passando ao Item 7. Suspensão durante a pandemia dos prazos
330 de processos administrativos, com conseqüente não inserção na lista suja, o Sr. Xavier Jean Marie
331 Plassat ponderou que existe uma preocupação com a suspensão dos prazos dos processos
332 administrativos, questionando os motivos de não se ter buscado um meio para resolver esse

333 impedimento criado pela pandemia. O Sr. Maurício Krepsky Fagundes apresentou sobre o processo
334 de inclusão na lista suja e informou que há uma minuta de portaria para retomada dos prazos de
335 acordo com cada unidade regional, que está apenas aguardando os procedimentos formais para ser
336 publicada. Explanou que existe uma fase piloto de lavratura eletrônica do auto de infração em
337 algumas unidades regionais. Prosseguindo ao Item 8. Publicação de Plano Estadual de SP em
338 desconformidade com o Fluxo Nacional para Atendimento de Trabalhador ao Trabalhador
339 Resgatado, o Sr. Herbert Borges Paes de Barros registrou que o Sr. Ricardo, representante da
340 COETRAE/SP, informou que precisou acompanhar de maneira ininterrupta uma operação da
341 Polícia Civil em São Paulo com a expectativa de abordagem de casos de tráfico de pessoas, não
342 tendo condições de está presente nessa reunião, mas enviou uma carta que será lida. O Sr. Xavier
343 Jean Marie Plassat compreendeu que é necessário deixar claro que o Plano Estadual de SP tinha o
344 propósito de estabelecer estratégias de atuação integrada entre órgãos e entidades, porém, percebeu
345 que está abordando uma realidade que não dialoga com a Política Nacional de Combate ao Trabalho
346 Escravo e, especificamente, referente ao Fluxo Nacional para Atendimento de Trabalhador
347 Resgatado. Intuiu que esse momento seria conveniente para que a CONATRAE adotasse uma
348 forma de se manifestar reafirmando o Fluxo Nacional, inclusive, pensando, talvez, em um
349 instrumento que válida a sua importância e obrigatoriedade. A Sra. Vera Jatobá destacou que, nessa
350 reunião, foi louvado que os planos estaduais estão sendo conduzidos e disseminados pelas
351 COETRAEs, visto que esse plano veio para agregar outros entes e contribuir com o trabalho da
352 fiscalização. Externou a sua surpresa pelo Plano Estadual de São Paulo ter retirado a fiscalização do
353 trabalho e outras entidades, uma vez que o estado tem sido um modelo no combate ao trabalho
354 escravo contemporâneo. Apresentou o Sr. Bob Machado, Presidente do SINAIT, solicitando que
355 faça uma explanação sobre esse tema. O Sr. Bob Machado agradeceu a oportunidade de participar
356 dessa Comissão e afirmou que o SINAIT seguirá a linha das suas últimas gestões de apoiar o
357 fortalecimento do combate ao trabalho escravo. Salientou que estão trabalhando e cobrando das
358 autoridades competentes que a Política Nacional de Combate ao Trabalho Escravo seja uma política
359 de estado e não de governo. Destacou a necessidade de recompor os quadros de inspeção do
360 trabalho para melhor atuação e registrou o SINAIT conseguiu R\$10.000.000,00 específicos para o
361 combate ao trabalho escravo por meio de uma movimentação parlamentar em 2020, que também
362 está sendo feita nesse exercício para aumentar os grupos móveis nacionais de trabalho escravo.
363 Com relação ao Plano Estadual de São Paulo, arrazoou que concordam com a intervenção do Sr.

364 Xavier Jean Marie Plassat de que se deve seguir o Plano Nacional e o Fluxo Nacional para
365 Atendimento de Trabalhador Resgatado. O Sr. Xavier Jean Marie Plassat esclareceu que está
366 solicitando que a CONATRAE produza uma recomendação à COETRAE/SP, considerando o Pacto
367 Federativo de Combate ao Trabalho Escravo. O Sr. Maurício Krepsky Fagundes concordou que a
368 CONATRAE deve elaborar uma manifestação e propôs elaborar um documento, no molde da
369 comunicação do Ministério da Economia sobre concurso, para circulação em todas as instituições
370 necessárias. Entendeu que é necessário que essa Comissão se coloque à disposição da
371 COETRAE/SP para diálogo, a fim de que possam alinhar o plano estadual com a Política Nacional.
372 O Sr. Herbert Borges Paes de Barros intuiu que é salutar reconhecer o esforço da COETRAE/SP na
373 elaboração de um documento mesmo que identificada a necessidade de aperfeiçoamento. Em
374 seguida, realizou a leitura da carta encaminhada pelo coordenador da COETRAE/SP. Sugeriu
375 designar três instituições que participam da CONATRAE para consolidação das avaliações dos
376 membros para elaboração de um documento sobre as formas de aperfeiçoamento do Plano Estadual
377 de São Paulo, entendendo que a CPT já faria parte devido à sua leitura detalhada. Colocou-se a
378 disposição como representante do MMFDH e solicitou a indicação de mais um membro. O Sr.
379 Francisco Xavier Coullanges comentou que a avaliação e o acompanhamento da elaboração dos
380 planos estaduais é uma atribuição da CONATRAE, entendendo que seria importante elaborar um
381 documento de recomendações gerais para elaboração dos planos estaduais. Colocou-se á disposição
382 para auxiliar na construção desse documento proposto. O Sr. Humberto Adami saudou os membros
383 da CONATRAE, afirmando estar à disposição. O Sr. Xavier Jean Marie Plassat concordou com a
384 sugestão do Sr. Francisco Xavier Coullanges, ponderando que uma sugestão não exclui outra e a
385 Sra. Vera Jatobá lembrou que concluíram, em reuniões passadas, que os temas diretamente ligados
386 à fiscalização teriam a participação das instituições de fiscalização, sugerindo a sua participação no
387 grupo que será criado. Feitas todas as manifestações, foi aprovado o seguinte encaminhamento:
388 elaboração de minuta de ofício pelo Sr. Xavier Jean Marie Plassat até meio-dia de amanhã, que
389 receberá contribuições até o dia 4 de março através do *e-mail* institucional da CGCTE, a qual
390 submeterá a minuta à aprovação dos membros votantes da CONATRAE. Passando ao Item 9.
391 Tratamento das denúncias do Disque 100 conforme o Fluxo Nacional, o Sr. Cândido Alexandrino
392 Barreto Neto contextualizou que foram realizadas reuniões da CGCTE com a Ouvidoria, sendo que
393 estavam pensando que os processos estavam fluindo da melhor maneira possível. O Sr. Maurício
394 Krepsky Fagundes discorreu que o fluxo de recebimento das informações do Disque 100 foi

395 restabelecido após as tratativas feitas com a Sra. Andréia Figueira Minduca e solicitou que fosse
396 retomada a discussão sobre a capacitação dos atendentes do Disque 100 e sobre o tratamento das
397 denúncias, tendo em vista que foi recebida uma denúncia que tinha sido classificada como violência
398 a pessoa idosa no dia 1º de janeiro, todavia, se tratava de trabalho escravo de um idoso em uma
399 fazenda e apenas foi encaminhada em fevereiro para a equipe da inspeção. A Sra. Andréia Figueira
400 Minduca compreendeu que devem buscar informações sobre outros casos como esse, para que
401 possam retomar as discussões, inclusive, sobre a qualificação da denúncia e da realização do curso
402 de capacitação. Avançando, o Sr. Cândido Alexandrino Barreto Neto entendeu que o Item 10.
403 Apresentação do novo presidente do SINAIT já foi cumprido, passando ao Item 11. Informes.
404 Comunicou que a CGCTE realizará a apresentação do Fluxo Nacional de Atendimento às Vítimas
405 de Trabalho Escravo para a COETRAE do Espírito Santo no dia 05 de março 2021, às 10h e para a
406 COETRAE/MT e COETRAE/MG em datas a serem definidas ainda no mês de março. Com relação
407 à Portaria nº 457, discorreu que tem em mãos o ofício assinado pela Assessoria Especial de
408 Assuntos Internacionais em resposta à *Human Rights Watch*, no qual explica que a Portaria nº 457 é
409 respaldada nos Decretos nº 10.174/2019 e nº 9.203/2017. Abrindo para as considerações finais, a
410 Sra. Ludmila Paiva comentou sobre a dificuldade de bancarização de um dos trabalhadores
411 domésticos resgatados na Operação Resgate, questionando se há alguma orientação nesse sentido.
412 Parabenizou a todos que participaram da operação. O Sr. Cândido Alexandrino Barreto Neto
413 registrou que a COETRAE/RJ possui um cuidado muito importante com os trabalhadores após os
414 resgates, salientando que a CGCTE fará uma visita em breve para conhecer a sua experiência.
415 Informou que realizaram uma reunião com a Caixa Econômica Federal (CEF) para tratar sobre a
416 bancarização dos trabalhadores resgatados, em que foram apresentadas as dificuldades. Ponderou
417 que a CEF comprometeu-se em analisar como seria possível viabilizar essa questão para apresentar
418 em uma próxima reunião. O Sr. Carlos Eduardo Chaves Silva solicitou que o ofício em resposta à
419 *Human Rights Watch* fosse compartilhado com os membros da CONATRAE e ressaltou que
420 gostaria de uma resposta mais clara sobre a pretensão desse grupo de trabalho, questionando se há
421 alguma pretensão do MMFDH em promover uma revisão do PNDH-3. O Sr. Cândido Alexandrino
422 Barreto Neto afirmou que as demandas serão encaminhadas aos responsáveis e o Sr. Xavier Jean
423 Marie Plassat observou que a Secretária Nacional e o Secretário Nacional Adjunto da Proteção
424 Global comprometeram-se em realizar esses esclarecimentos. Registrada a ausência de ambos,
425 informou o estado brasileiro continua pendente referente à execução efetiva da sentença da Corte

426 Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) no caso da
427 Fazenda Brasil Verde, em que 42 pessoas das 128 vítimas identificadas no processo não receberam
428 nenhum valor de indenização. Afirmou que essa situação é inadmissível e que estão estudando os
429 meios necessários para avançar nessa questão. Sugeriu que cada instituição deve assumir as suas
430 responsabilidades. O Sr. Cândido Alexandrino Barreto Neto informou que encaminhará um ofício
431 amanhã a Sra. Bruna Novak solicitando atualização e celeridade. A Sra. Marília Ramos reiterou o
432 pedido de envio do ofício em resposta *Human Rights Watch* aos membros da CONATRAE,
433 entretanto, observou que caberia um melhor esclarecimento sobre esse assunto. O Sr. Cândido
434 Alexandrino Barreto Neto alegou que essas ponderações serão encaminhadas aos responsáveis e o
435 Sr. Xavier Jean Marie Plassat compreendeu que devem enviar as ponderações e compartilhar o
436 ofício imediatamente. Discorreu que se senti enganado, uma vez que houve o compromisso de tratar
437 desse tema nos informes. O Sr. Cândido Alexandrino Barreto Neto manifestou que existem muitas
438 agendas e demandas e imprevistos acontecem, afirmando que está tentando trazer um secretário
439 para tratar da questão. O Sr. Carlos Eduardo Chaves Silva intuiu que esse assunto poderia ter sido
440 trabalhado no início da reunião e registrou que o ponto foi excluído da pauta mesmo após acordo na
441 reunião do grupo executivo na última segunda-feira. Explicou que as solicitações de acesso ao
442 ofício foram justamente por ser a única questão abordada e destacou que havia alertado que não
443 teriam sucesso ao tentar tratar desse tema, porém, foi convencido por seus pares a apoiar a inclusão
444 na pauta da CONATRAE. Entendeu que as reuniões do grupo executivo têm a pretensão de saber
445 quais serão os pontos indicados na pauta para impedir que sejam apreciados pelo plenário da
446 Comissão. O Sr. Marcus Barberino inferiu que qualquer governo pode estudar as políticas públicas,
447 mas os fóruns institucionais criados para a sociedade civil pressupõem que os assuntos do seu ponto
448 de vista devem ser sempre debatidos. O Sr. Cândido Alexandrino Barreto Neto sugeriu prolongar a
449 reunião por mais 15 minutos, para que consiga trazer alguém para realizar os esclarecimentos e,
450 caso não seja possível, esses esclarecimentos terão que ser feitos posteriormente. A Sra. Natália
451 Suzuki questionou quando seriam encaminhados esses esclarecimentos se não conseguir trazer
452 alguém para fazê-los e o Sr. Cândido Alexandrino Barreto Neto relatou que ainda não há
453 direcionamento sobre a portaria, o que traz dificuldade para responder aos questionamentos,
454 comprometendo-se em fazer esses esclarecimentos o mais rápido possível. Externadas todas as
455 opiniões e manifestações, foram aprovados os seguintes encaminhamentos: 1. Diante a cobrança
456 insistente de uma explicação sobre a Portaria nº 457, deliberou-se que essa demanda deve ser

457 suprida por escrito diante as ausências da Secretária Nacional e do Secretário Nacional Adjunto de
458 Proteção Global; 2. Realização de reunião com os membros da CONATRAE para tratar sobre a
459 Portaria nº 457; 3. Elaboração de ofício ao Tribunal de Contas da União sobre a inexecução efetiva
460 da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos
461 (OEA) no caso da Fazenda Brasil Verde. Sem mais nada a tratar, o Sr. Cândido Alexandrino
462 Barreto Neto agradeceu a participação de todos, encerrando Reunião Ordinária-Virtual da
463 CONATRAE.